



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12360 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd Nordeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT08 - Formação de Professores

ENSINO DE LÍNGUA INGLESA: o uso das práticas de conversação no desenvolvimento da aprendizagem

Janes Cláudio de Jesus Moraes - UFMA- PPGEED – UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Luciana Rocha Cavalcante - UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

ENSINO DE LÍNGUA INGLESA: o uso das práticas de conversação no desenvolvimento da aprendizagem

1 INTRODUÇÃO

A Língua Inglesa é parte integrante e obrigatória da base curricular nacional, onde é fator auxiliar e de muita relevância na formação integral do aluno. Com isso, entende-se o ensino do idioma como fator inclusivo e necessário no processo de ensino e aprendizagem da educação básica. Assim, a iniciativa pelo objeto de pesquisa provém do interesse em enfatizar a necessidade de um ensino que vise a participação do aluno, maior interação com o idioma e a busca por motivação do professor dentro de uma perspectiva em propor aprendizagens significativas e reais aos estudantes, possibilitando a prática oral no primeiro contato de forma simples, objetiva, dinâmica e cativante.

Nesse sentido, o estudo, no contexto da ideia proposta pela Base Nacional Comum Curricular – BNCC, traz às escolas, professores e a seus educandos, reflexões sobre o princípio da proficiência de Língua Inglesa a partir do 6º ano do Ensino Fundamental.

Nessa perspectiva, a pesquisa se baseia no seguinte questionamento: Qual a importância da prática da conversação no ensino de Língua Inglesa com os discentes do ensino fundamental? Para tanto será desenvolvida uma pesquisa do tipo bibliográfica, baseando-se em teorias já publicadas principalmente em livros e em artigos científicos, conforme afirma Gil (2002, p. 44), “[...] desenvolvida com base em material já elaborado”.

Esse referencial bibliográfico dará suporte teórico ao entendimento acerca da

posição ocupada pela conversação no ensino de Língua Inglesa, com vistas a discutir a respeito da prática docente e a inclusão do aluno no processo de ensino e aprendizagem desta língua alvo, bem como ao estudo acerca das reais razões que têm motivado o afastamento dos alunos em relação à aprendizagem desta língua estrangeira, principalmente no que tange à conversação.

2. O USO DAS PRÁTICAS DE CONVERSAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM DA LÍNGUA INGLESA

A Língua Inglesa, como componente curricular obrigatório, instituído na educação pública a partir do 6º ano do ensino fundamental (BRASIL, 2017), traz algumas reflexões quanto ao seu ensino e as práticas adotadas pelos professores em sala de aula, proporcionando alguns embates desconfortantes, além de trazer a ideia de uma disciplina supérflua e sem objetivos reais para que faça parte da Matriz Curricular.

Sabemos que o processo de ensino do componente curricular de Língua Inglesa na rede pública, em muitos casos, não condiz com a necessidade do desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes, sendo que está pautada, na maioria das vezes, em abordagens que beneficiam mecanismos de memorização com base em repetições de termos e frases, conforme salienta Santos (2019, p.7)

[...] os resultados insatisfatórios quanto ao ensino de línguas estrangeiras, como neste caso, o inglês; faz insurgir por parte de alguns pesquisadores o interesse de compreender o que influencia na prática do professor, e no desempenho do aluno dentro da relação ensino-aprendizagem.

Essa influência e desempenho têm levado muitas crianças ao amplo desinteresse pelo aprendizado, ocasionando falta de motivação para alcançar a proficiência e, conseqüentemente desvalorizando o real significado do papel da aprendizagem de uma língua estrangeira em suas vidas. O que nos remete ao entendimento de Piccoli (2006) ao afirmar que

[...] o professor de língua estrangeira mantém-se afastado do contexto educacional propriamente dito e preocupa-se apenas em transmitir os conteúdos linguísticos. Esses professores têm evitado considerar o ensino de língua estrangeira como parte relevante da educação integral do ser humano, desconhecendo muitas vezes as razões e os porquês do ensino de pelo menos uma língua estrangeira como aspecto fundamental na educação de sujeitos. (PICCOLI, 2006, p.2)

O ensino do idioma nas salas de aula tem se tornando cada vez mais distante de seu objetivo, e pouco, ou quase nada, tem contribuído na formação integral dos estudantes. Segundo Santos (2011),

A prática pedagógica atual não busca adequar a realidade do aluno com o que propõe à lógica do ensino. Neste sentido, todo esse processo de aprendizagem é atormentado por uma série de atributos que desqualificam a prática docente dentro e fora da escola, a saber: à evasão, a repetência, as dificuldades de aprendizagem, a desmotivação, atitudes que enfraquecem a prática pedagógica e também a capacidade do professor de educar (SANTOS, p. 54, 2011).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, Lei 9.394/96, em seu Art. 26, § 5º, (BRASIL, 1996) destaca que “o ensino de Língua Inglesa será ofertado no currículo do ensino fundamental, a partir do 6º ano”. E de acordo com a proposta da BNCC,

"a língua inglesa não é mais aquela do “estrangeiro”, oriundo de países hegemônicos, cujos falantes servem de modelo a ser seguido, nem tampouco trata-se de uma variante da língua inglesa. Nessa perspectiva, são acolhidos e legitimados os usos que dela fazem falantes espalhados no mundo inteiro, com diferentes repertórios linguísticos e culturais, o que possibilita, por exemplo, questionar a visão de que o único inglês “correto” – e a ser ensinado – é aquele falado por estadunidenses ou britânicos" (BRASIL, 2017, P.241)

Diante dessa perspectiva da BNCC, observa-se uma deficiência, não somente no processo de aprendizagem do estudante, o que é consequência, mas no processo de ensino e de condução das aulas de língua inglesa pelo professor, no que diz respeito ao que ensina, o que e como deveria ser ensinado.

Essa deficiência pode ser reflexo da ausência de preparação do professor para o exercício de sua função e por utilização de mecanismos ineficazes, cansativos e desmotivadores com ausência da prática de conversação.

Trabalhar com a oralidade e, dessa forma, incluir o aluno no processo de conversação e desenvolvimento de sua aprendizagem, consiste em estabelecer metodologias auxiliadoras e objetivas, possibilitando o ensino da comunicação escrita a partir das aprendizagens orais. (ALVES, 2001).

Entendemos que o aprendizado de uma nova língua consiste na prática constante, assim como uma criança se adequa ao seu idioma materno de acordo com sua vivência e interação ao meio. Nessa perspectiva, é de suma importância que a prática do professor proporcione uma dimensão abrangente, desenvolvendo o lado cognitivo de seus alunos, e assim, possibilite tomadas de decisões em um mundo que a cada momento vem se transformando. Sobre isso, Cavalcante e Castro (2010, p.115) destacam que

[...] a prática pedagógica enquanto uma dimensão da prática social permite não apenas o desenvolvimento cognitivo dos sujeitos, mas, a partir dele, o alcance de capacidades outras que vão repercutir em todas as esferas da vida social, formando seres humanos autônomos capazes de perceber contradições, de atribuir significados, de tomar decisões significativas e de agir conscientemente num mundo em constante transformação.

Embora os professores de Línguas compreendam a perspectiva de seu ensino com base em suas práticas pedagógicas, não muitos levam em consideração que a comunicação oral precede a comunicação escrita e, que, o desenvolvimento da aprendizagem ocorre mediante o exercício da prática. A prática docente, com base em métodos inovadores de ensino, é essencial no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos.

Nessa perspectiva, Freire (1996a) destaca que,

ensinar exige respeito aos saberes dos educandos e acima de tudo exige ainda, saber escutar, pois, não é falando aos outros de cima para baixo, sobretudo como se fôssemos os portadores da verdade a ser transmitida aos demais, que aprendemos a

escutar, mas escutando que aprendemos a falar com eles, (FREIRE, 1996a, p.127).

Corroborando com esse pensamento, a BNCC fundamenta o ensino da Língua Inglesa com base nos eixos como oralidade, leitura, escrita, conhecimentos linguísticos e dimensão intercultural. E destaca que

“A oralidade também proporciona o desenvolvimento de uma série de comportamentos e atitudes – como arriscar-se e se fazer compreender, dar voz e vez ao outro, entender e acolher a perspectiva do outro, superar mal-entendidos e lidar com a insegurança, por exemplo.” (BRASIL, 2017, p. 241)

Nesse contexto, no que se refere ao eixo da oralidade, observa-se que as práticas de linguagem se desenvolvem com foco na compreensão e na produção oral, ou seja, no exercício da conversação com repertório de falas diversas, incluindo a fala do professor. Costa (2011, pág. 4), afirma que: “as atividades com objetivo de fala acrescentam muito a esse processo, tornando os alunos mais motivados, interessados e conscientes de sua própria aprendizagem”.

Para a autora, a prática oral, mediante sua abordagem contínua, desenvolve o estímulo, intensifica a aptidão, melhora a dicção e promove o interesse do estudante. Falar antes e escrever depois, amplia a participação e aguça a vontade de escrever. O ensino de línguas não pode se prender apenas à gramática escrita, embora muito importante, é necessário que o desenvolvimento da conversação seja promovido.

Nesse contexto, entende-se que é preciso proporcionar ao aluno um aprendizado eficiente do idioma. Quando assim falamos, referimo-nos em possibilitar a relação teórico/prática, proporcionando o desenvolvimento da experiência e com ela o aprendizado do estudante. Pois “[...] o verdadeiro desenvolvimento é um desenvolvimento da experiência e pela experiência” (DEWEY, 1980, p. 66).

Para Dewey, a prática promove a experiência que, em consonância com a realidade vivida pelo aluno, favorece o desenvolvimento do mesmo. Corroborando com esse pensamento, Freire (1996b) enfatiza que o conhecimento é construído pelo aluno e não transferido pelo professor. Ou seja, o professor é um possibilitador, onde seu ensino está além de transferência de conteúdo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Bem distante de seus reais objetivos nas escolas públicas brasileiras, o ensino do componente curricular língua Inglesa tem se distanciado da proposta inclusiva de seus aprendizes no processo de aprendizagem do idioma, tornando-o, sem importância na formação do estudante, uma vez que boa parte dos alunos não percebem a importância do aprendizado de uma segunda língua e não são motivados para tal fim.

Diante disso, esse aluno, desde o 6º ano do ensino fundamental, não tem interesse

pelo componente curricular, pois seu ensino, em muitos casos, ao contrário da proposta da BNCC, torna-se, mediante à prática docente, complexo, desestimulante e nada interessante, o que distância o estudante do domínio e aquisição do idioma.

Os métodos mecânicos e tradicionais, com base em repetições e escritas excessivas e descontextualizadas, utilizados pelos professores, são motivos do distanciamento dos alunos ao interesse e, conseqüentemente, a proficiência da língua inglesa. Exposição de aulas com base em ditados, escritas e textos fora de contexto, leitura com pretensão unicamente gramatical, vocabulários soltos, entre outros, são mecanismos adotados em sala de aula que afastam os alunos do interesse pela componente.

Muitas são as dificuldades pontuadas pelo professor na inclusão desses alunos ao aprendizado da Língua. Assim, encontrar melhores mecanismos e abordagens no ensino da Língua Inglesa, inclusive à prática da conversação, pode proporcionar ao ensino do idioma, maior relevância na vida do estudante.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2017. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 05 jan. 2022.

BRASIL. Lei 9.394/96 - **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. – MEC, 1996. <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf> . Acesso em: 02 fev. 2022

CAVALCANTE, L. R. CASTRO, C. A. **O Ensino da Língua Inglesa: componentes didático-pedagógicos para o exercício da crítica**. CURRÍCULO ESCOLAR: dimensões pedagógicas e políticas, v. 1, p. 113-126, 2010.

COSTA, Juliana Patrícia Nunes. A prática da conversação no processo de ensino e aprendizagem de língua inglesa no ensino fundamental. **I SEFELI**, Vol. 1, São Cristovão/SE – 2011.

DEWEY, J. A arte como experiência. In : DEWEY, John. **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

FREIRE, Paulo. **Relação Professor Aluno: uma Revisão Crítica**. São Paulo. Editora Paz e Terra, 1996a.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra. 1996b.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

PICCOLI, Maria Cecília Piccoli. O educador em Língua Dominante e o desenvolvimento sustentável. **Revista X**, Vol. 1, p.1-16, Curitiba, PR – 2006.

SANTOS, David Ricardo. O ensino e aprendizagem de Inglês em escolas públicas: O real e o ideal. **Revista Brasil Escola** (2019) – Meu Artigo. Disponível em

<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/ingles/o-ensino-aprendizagem-ingles-escolas-publicas-real-ideal.htm>. Acesso em 17 jan. 2022

SANTOS, Leandro dos. **Formação de professores: os desafios da prática pedagógica na busca pelo conhecimento**. In: 4º encontro de formação de professores da Universidade Tiradentes, 13 a 16 de junho, Aracaju, 2011.